

a política condicionou o
rtir de 1828 os elementos
estava dividida, apoiando

vo e criou outro tipo de
o governador civil e o
distrito de Castelo Branco
permanência foi de 14
tífica vivido. Os governa-
normal que a sua substi-
verno. Já em relação aos
na função era de 3 anos,
nadores civis. Apesar de
omas de nomeação, estes
estado pelo escasso campo
governadores civis.

eleição das vereações foi
idas em Lisboa também
o regime a edilidade albi-
o cartismo moderado. No
dos ao Miguelismo, pro-
afastaram os elementos
as 40. A guerra civil da
local: nas três eleições
anca tinham sido escolhi-

o de Castelo Branco foi
evados, situando-se sem-
actos eleitorais, o cacis-
os actos eleitorais.

AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 1925 EM ÉVORA

MANUEL BAIÓIA¹

Centro de Investigação e Desenvolvimento em
Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Évora

1. Introdução

As eleições, em particular as municipais, têm sido um tema muito descuidado pela historiografia portuguesa. Desconhecemos os resultados eleitorais da maioria dos concelhos durante a I República². Parte desta ignorância deve-se à degradação dos arquivos municipais e distritais, dado que desapareceram grande parte dos processos eleitorais. Estes factos impossibilitam actualmente fazer análises globais sobre geografia eleitoral municipal durante a I República³.

No entanto, supõe-se que à semelhança do que sucedeu ao nível das eleições legislativas, o PRP exerceu uma hegemonia no sistema multipartidário⁴. Desde o «5 de Outubro» os democráticos dominaram os lugares cimeiros da governação exercendo o que alguns autores denominam *uma ditadura de partido*⁵. Porém, outros autores preferem sublinhar a existência de um sistema pluripartidário de partido dominante durante a I República⁶. O novo regime

¹ Bolseiro de doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia.

² Veja-se a indicação sobre os poucos estudos de geografia eleitoral realizados sobre a I República em Manuel Baióia, (2000).

³ Na mais recente obra de vulto sobre a História dos Municípios e o Poder Local César Oliveira confessa que para o período do constitucionalismo monárquico e para a I República o trabalho apresentado não o satisfaz plenamente devido à "escassa investigação empírica existente e publicada nos domínios da história municipal e local e, sobretudo no campo específico da história e da geografia das eleições locais", César Oliveira, (1996), pp. 8-9.

⁴ Cf., João B. Serra, (1996), pp. 264-280.

⁵ Cf., Vasco Pulido Valente, (1982); Vasco Pulido Valente, (1992), pp. 7-63; Rui Ramos, (1994); Rui Ramos, (2000), pp. 1059-1082.

⁶ João B. Serra, (2000), p. 112; Marcelo Rebelo de Sousa, (1983), p. 167-177. Fernando Farelo Lopes também na mesma linha, designa o sistema de "um regime parlamentarista de partido dominante", (1990), pp. 85-100.